

Assembleia Geral

8/10/2015 (quinta-feira) - 16h30, Centro de Tecnologia, Bloco C, sala 208

Pauta:

- 1) Informes;
- 2) Prestação de Contas das gestões 2009-2011, 2011-2013 e 2013-2015;
- 3) Assuntos Gerais.

**ESTACIONAMENTO
CT SINALIZA
VAGAS
PARA MOTOS**

Página 6

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Andes-SN Central Sindical e Popular - Conlutas
Ano XIV nº 907 5 de outubro de 2015

**ADUFRJ-SSIND
CR HOMOLOGA
RESULTADO
DAS ELEIÇÕES**

Página 3

UFRJ corta gastos com contratos Página 4

Antonio Cruz/Agência Brasil - 02/10/2015

PAINEL ADUFRJ

O RETORNO

À frente do MEC entre janeiro de 2012 e janeiro de 2014, Aloizio Mercadante escondeu-se na omissão diante das demandas do movimento docente. Retorna ao cargo, agora, no ambiente de barganha que defenestrou Renato Janine Ribeiro. Este deixa como marca a submissão aos interesses privados na educação.

Página 7

SEXTA, 2 DE OUTUBRO. Mercadante no Planalto para ser anunciado como ministro



Professores protestam no MEC

O Comando Nacional de Greve (CNG) programou para a manhã desta segunda-feira 5 uma manifestação em frente ao prédio do Ministério da Educação. O ato havia sido programado para acompanhar a audiência marcada com o então ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, antes da reforma ministerial. Além do protesto em Brasília, haverá manifestações em universidades. Página 3

Pesquisa sob ameaça

PL abre as portas para a privatização

Página 5

3,17%: etapa é de cálculo dos valores

Página 2

MOSTRA

Mafalda está no Rio de Janeiro

Exposição na Biblioteca Parque Estadual revela o universo da personagem que virou símbolo de irreverência e rebeldia Página 2



SEGUNDA PÁGINA

Processo dos 3,17% está na fase de cálculo dos valores devidos

Listagem dos contemplados na ação será divulgada no site da Seção Sindical a partir deste dia 6 de outubro

Adufrj-SSind já fez as contas dos sindicalizados

Com a criação do Plano Real, em 1994, a Lei 8.880/94 estabeleceu que os servidores públicos federais receberiam a inflação do período de julho de 1994 a janeiro de 1995 (25,95%) e que este reajuste seria concedido naquele ano. No entanto, esta reposição não ocorreu de forma integral, restando uma diferença de 3,17% na recomposição dos vencimentos. No fim de

2013, a assessoria jurídica da Seção Sindical ganhou esta ação, que reconhece o direito ao reajuste no período de janeiro de 1995 a setembro de 2001.

O processo encontra-se na fase de preparação do pagamento: a Adufrj-SSind já realizou os cálculos de todos os professores sindicalizados contemplados na ação. Agora, é necessário fazer as contas dos não sindicalizados. Têm direito ao reajuste todos os docentes que estavam em exercício no mês de janeiro de 1995 e aqueles que tenham ingressado na universidade até setembro de 2001.

Professores não sindicalizados

Os professores não sindicalizados, mas contemplados pelo processo, deverão procurar o sindicato para fazer uma das seguintes opções: aqueles que desejarem se filiar à entidade terão os cálculos custeados pela Adufrj-SSind; aqueles que não desejarem se filiar poderão efetuar o pagamento individualmente, na quantia de R\$ 100,00, cobrada pelo contador atualmente responsável pela elaboração dos cálculos.

Professores com cálculos apresentados no processo do Sintufrj

Não serão apresentados pela Adufrj-SSind cálculos referentes aos professores para os quais o Sintufrj já tenha apresentado cálculo anteriormente no processo que tem o mesmo objeto do reajuste de 3,17%.

Divulgação da listagem nominal

A partir deste dia 6 de outubro estará disponível no site www.adufjrj.org.br a listagem contendo os nomes de todos os professores contemplados na ação da Adufrj-SSind.

Caso algum professor iden-

tifique que não foi incluído, deverá procurar a Adufrj-SSind para a devida inclusão, no prazo de 30 dias, contados a partir do dia da disponibilização. Não poderão ser aceitas inclusões solicitadas após o prazo informado, uma vez que os nomes precisam ser enviados à Justiça.

Consulta dos valores apurados

A consulta dos valores apurados para os professores sindicalizados será possível na sede da Adufrj-SSind, através de agendamento prévio, que deverá ser solicitado por telefone ou e-mail destinado à secretaria (beline@adufjrj.org.br).

Mafalda em exposição

Mostra fica na Biblioteca Parque Estadual, no Centro do Rio

Personagem dos quadrinhos foi criada em 1964

Samantha Su
Estagiária e Redação

Uma das personagens mais famosas dos quadrinhos, a argentina Mafalda é conhecida por questionar o mundo em que vivemos de forma bem-humorada. Agora, a criação de Quino Julieta Colombo poderá ser vista gratuitamente até 24 de outubro na Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, próximo à Central do Brasil.

Inventada em 1964, época em que muitos países latino-americanos passavam por processos de golpes militares, Mafalda simbolizou a resistência, retratando o cotidiano da ditadura de forma irônica. É o que apresenta parte da exposição, com relatos de militantes

de oposição que escreviam a Quino sobre o convívio com o quadrinho, mesmo durante o cárcere.

“A Mafalda virou um símbolo que passa uma mensagem de rebeldia e contestação que surgiu na época da ditadura, mas recriada com o passar dos anos”, disse Rafaela Pessoa, monitora da exibição na biblioteca.

A curadoria da mostra selecionou rascunhos das tirinhas, cartas de leitores e vários objetos com o desenho da personagem. Na exposição, a declaração do diretor da Biblioteca Nacional argentina sintetiza o poder do desenho de Quino: “Mafalda, na incessante ramificação entre leitores do mundo e em todos os idiomas, significa a pergunta adulta que precisa ser tornada infantil para sentir uma surpresa primigênia sobre o mundo que nos rodeia. Para fazê-lo objeto de uma dúvida, um escrúpulo ou uma perplexidade com rela-

ção à realidade que já aparece calcinada e selada para sempre perante nós. O célebre desenho de Quino é um grande gesto antropomórfico semelhante ao qual acompanha toda a história da filosofia. Dar às ideias a forma humanizada de um rosto cândido, portador das perguntas mais inquietantes”, é o que diz Horacio González.

Defesa da educação

Uma das temáticas que Quino abordava recorrentemente em suas tirinhas era a educação — não à toa, Mafalda tornou-se musa inspiradora do movimento docente da UFRJ —, o cuidado do cartunista em questionar a finalidade do sistema educacional e o interesse de mercado no setor são algumas das características marcantes. Quino afirma: “Para mim, é uma necessidade estar com gente preocupada com a educação. Um país que não quer isso é um país suicida”, frase também estampada na mostra.



Mafalda: símbolo da contestação

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecilia Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gondá; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CAMPANHA SALARIAL 2015

Professores fazem ato no MEC com aula pública

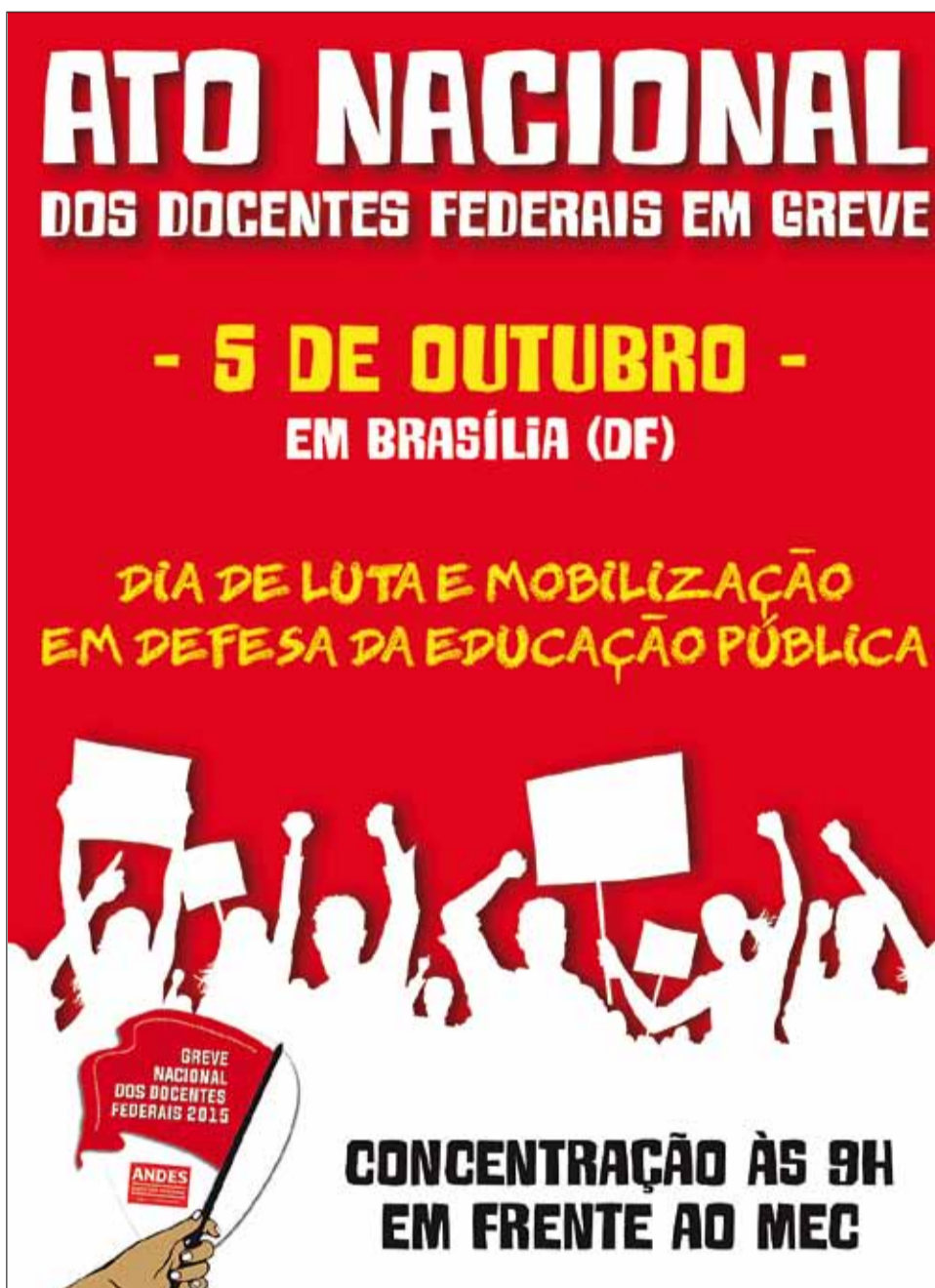
Será nesta segunda (5), data em que o ministério agendou reunião com o Comando de Greve da categoria

Paralisação nacional já é a maior da história do movimento docente

Professores federais em greve realizam ato em frente ao Ministério da Educação, nesta segunda-feira (5/10), a partir das 9h. O Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Educação Pública foi decidido para marcar a data em que deve acontecer a reunião entre o Comando de Greve dos docentes e o ministro da Educação. A reunião foi agendada pelo MEC em 24 de setembro — antes, portanto, da reforma ministerial que excluiu Renato Janine Ribeiro da pasta. Além do ato em Brasília, deverão ocorrer manifestações nas universidades.

“Caso não ocorra a reunião, vamos fazer o ato para denunciar o descaso do MEC com a greve dos docentes federais e com o compromisso assumido pelo Ministério”, informa o Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Várias atividades irão acontecer durante o ato, em frente ao MEC. Na programação, aulas públicas sobre o Orçamento da União e a Dívida Pública, com Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida — a palestra da economista na UFRJ, dia 22, foi destaque da última edição do **Jornal da Adufrj**.

No ato, serão tratadas, também, as condições de trabalho nas IFE. Ainda haverá performances artísticas e intervenções de representantes de outros movimentos sociais e de parlamentares, que foram convidados a participar do ato em defesa da educação pública.



Greve mais longa da história do Andes-SN

A greve dos docentes federais completou 125 dias, em 2 de outubro, tornando-se a mais longa paralisação na história do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior — a de 2012 durou 124 dias. Entre as reivindicações do mo-

vimento, estão: a reversão no corte do orçamento da Educação e ampliação de investimentos, a realização de concursos públicos para professores das IFE, um posicionamento oficial do MEC de que não realizará contratação de docentes por Organizações Sociais ou outras formas de terceirização, conclusão das obras em curso

ou já programadas. Em relação à reestruturação da carreira e valorização salarial, os docentes aceitam reajuste parcelado em dois anos, no percentual de 19,7%, condicionado à reestruturação da malha salarial da carreira do professor federal, com base no projeto defendido pelo Andes-SN. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

PEC 395: instrumento da política educacional neoliberal

Já aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no último dia 24, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 395/2014 altera a redação do inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal sobre os princípios do ensino, que garante “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. De acordo com a proposta, as universidades poderão cobrar taxas e mensalidades de cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrados profissionais.

“A PEC 395 é mais um instrumento da política educacional neoliberal para o ensino superior público visando à ampliação do processo de privatização e mercantilização da educação e do conhecimento”, explica Francisco Jacob Paiva da Silva, 1º Secretário do Andes-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) do Sindicato Nacional.

Para o docente, a medida desobriga o Estado a se comprometer com o financiamento das instituições públicas de ensino, oferecendo a venda de serviços como uma alternativa. “Mesmo que as universidades venham tornar isso como uma alternativa para suprir as suas necessidades orçamentárias, o montante arrecadado com esses cursos não conseguirá de forma alguma garantir o pleno funcionamento das instituições”, contou.

O diretor do Andes-SN alertou também para a possibilidade de cobrança de taxas e mensalidades, em um segundo momento, de cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado, o que descaracterizaria a função social das universidades públicas. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

CR da Adufrj-SSind homologa resultado das eleições

O Conselho de Representantes da Adufrj-SSind reuniu-se na noite de 28 de setembro para homologar o resultado das eleições para a Diretoria e para

o Conselho de Representantes (Biênio 2015-2017) da Seção Sindical. A Chapa 2 – Adufrj Democrática e Participativa obteve 883 votos contra 594 da Chapa 1 – Adufrj-SSind de

Luta e Pela Base. Foram eleitos para o Conselho de Representantes 50 titulares e 23 suplentes, compondo o maior CR da história da entidade. Participaram 1.499 votantes.

José Miguel Bendrao Saldanha, presidente da Comissão Eleitoral, apresentou o relatório contendo todas as informações relacionadas ao pleito. Houve uma pequena diferença

na totalização dos votos nulos: foram 15 e não 17, conforme apontou a totalização no dia da apuração. O relatório completo estará disponível em breve no site da Adufrj-SSind.

Situação está crítica

Universidade pressiona Ministério da Educação por mais recursos para fechar o ano de 2015

Internamente, contratos estão sendo revisados

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A reitoria esteve no dia 29 de setembro reunida com a Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESu) para mostrar que, mesmo com os ajustes que a atual gestão da UFRJ pretende fazer nos contratos, ainda faltará dinheiro para a universidade se manter em funcionamento até o fim do ano. No dia 1º de outubro, a reitoria reuniu a Plenária de Decanos e Diretores para informar as ações que visam a diminuir o tamanho do rombo. Dentre os ajustes anunciados, está a revisão nos contratos com empresas terceirizadas.

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Roberto Gambine, recebeu a reportagem do **Jornal da Adufrj** em seu gabinete e informou que a universidade não enxugará as contas em nada que se relacione à assistência estudantil (restaurante, transporte, bolsas), nem a rubricas de insumos e materiais para laboratórios. Em contrapartida, os orçamentos de limpeza e vigilância terão um corte de mais de R\$ 1 milhão nos contratos. Despesas com diárias também sofrerão corte na ordem de R\$ 1,3 milhão. Contratos de ma-



Clarice Castro - 17/11/2011

Roberto Gambine aguarda plano específico do MEC para as maiores instituições federais de ensino do país

nutenção serão enxugados em R\$ 5,8 milhões.

“Mesmo com todo esse esforço, ainda serão necessários R\$ 170 milhões para que a gente não interrompa o funcionamento. A SESu recebeu as solicitações da UFRJ. Eles reconhecem que a situação é especial. O que estamos procurando mostrar para o MEC é que precisamos de apoio para não termos que paralisar as nossas atividades”, disse Gambine.

O que preocupa especialmente a reitoria neste momento é o montante necessário para fechar as chamadas contas públicas: despesas com água, luz, telefone. A UFRJ precisa de R\$ 27 milhões somente para

quitar esses gastos e ainda não sabe de onde tirará os recursos. “Estamos na expectativa da resposta do MEC, que terá nesta semana (de 5 a 9 de outubro) uma reunião com a Andifes (associação de reitores das universidades federais). Segundo o que nos foi passado, nesta reunião o ministério deverá apresentar seu plano específico para as maiores federais do país, aí incluída a UFRJ”, informou o pró-reitor.

Gambine disse, ainda, que estão sendo estudadas outras possibilidades de captação de recursos para a universidade: “Reforma patrimonial da UFRJ pode ser realizada via BNDES. Isto já está em andamento. Também estamos fazendo le-

Déficit estimado em 2015:

R\$ 328 milhões

Contratos de manutenção serão enxugados em

R\$ 5,8 milhões

vantamentos quanto ao patrimônio imóvel da universidade e estudando a atualização de contratos de cessão. Mas qualquer nova fonte de captação de recursos próprios só pode começar a ser feita para o exercício de 2016”, informou.

Orçamento subdimensionado

“O que a gente avalia é que o orçamento 2015 não estava dimensionado para as reais demandas da universidade”, disse. “Energia, telefone, combustível... Todos os aumentos nessas despesas não estavam previstos. Além disso, as próprias necessidades da UFRJ já não cabiam no orçamento”. De acordo com os números apresentados por Gambine, a UFRJ gastou do orçamento recebido este ano R\$ 62 milhões para cobrir o buraco deixado pelo contingenciamento feito pelo governo federal no ano passado.

O resultado dos impactos nos contratos, mais os sequenciais cortes no orçamento da UFRJ (desde o fim do ano passado) deixaram a universidade com um déficit de mais de R\$ 328 milhões neste ano. Esses números já haviam sido apresentados no dia 22 de setembro pela pró-reitora de Extensão, Maria Malta, durante o lançamento do Núcleo Pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública da UFRJ, evento que contou também com a presença da auditora da Receita Federal Maria Lucia Fattorelli.

Centro de Tecnologia sinaliza vagas para motos

Desde 11 de agosto, o estacionamento do Centro de Tecnologia conta com a demarcação de área específica para motos (foto). Segundo o arquiteto urbanista da decania do Centro, Waldir de Mendonça Pinto, as vagas foram pintadas por três motivos: desocupar o passeio térreo do CT das motocicletas, respeitando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), evitar atropelamentos e para responder a reclamações de pedestres (estudantes, professores, visitantes e usuários em geral) sobre a obstrução nas calçadas, causadas pelos veículos.

O arquiteto relata que, para criar as 63 vagas de motos, foram suprimidas 23 (das até então 907) vagas de carro. De acordo com Waldir, o impacto da conversão “é mínimo diante dos problemas causados por veículos motorizados estacionados dentro do prédio do Centro de Tecnologia”.

Ele informou ainda que a obra compreendeu também a repintura de 14 vagas exclusivas para pessoas com necessidades especiais. (Elisa Monteiro)



Elisa Monteiro - 30/09/2015

UNIVERSIDADES

Código da privatização

A pretexto de regulamentar artigos da Constituição Federal sobre valorização e desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, projeto de lei escancara as portas das universidades públicas à iniciativa privada

Matéria tramita no Senado

Silvana Sá

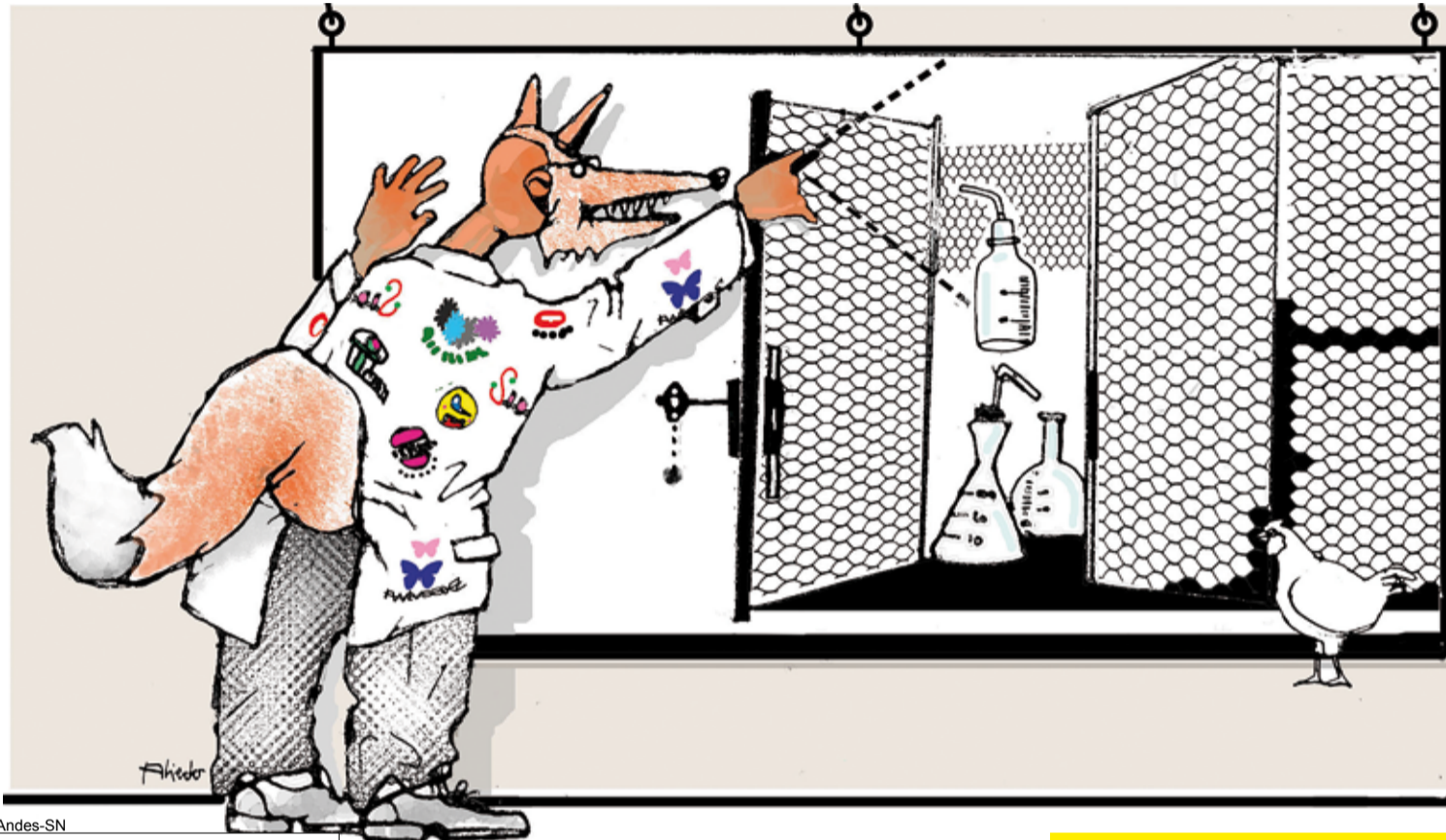
silvana@adufrj.org.br

O Projeto de Lei da Câmara 77/2015 (antigo PL 2.177/2011) propõe instituir o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma das justificativas para sua criação é a necessidade de regulamentar os artigos 218 e 219 da Constituição Federal que se referem à valorização e desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Mas, na verdade, regulamenta as parcerias público-privadas na área da pesquisa em tecnologia e inovação. O PLC 77/2015, até o fechamento desta edição, tramitava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Alguns trechos do PLC, de autoria de dez deputados federais do PSDB, PSB, PT, PR, PDT, PMDB e PPS, lembram a proposta de contrato de adesão com a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), imposta pelo governo às universidades federais (e barada na UFRJ), especialmente quanto ao uso das instalações das universidades federais e outras instituições públicas. Um exemplo é o seu artigo 5º pelo qual as entidades de ciência, tecnologia e inovação (ECTIs) públicas poderão “compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ECTIs privadas em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística”.

E ainda: “permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ECTIs privadas voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite”.

O projeto de lei orienta que o governo federal, estados, municípios e agências de fomento promovam e incentivem “o desenvolvimento de produtos e processos inovadores” de ECTIs privadas “com fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura”. Assim, o PLC surge como mais um mecanismo de transferência de recursos pú-



Andes-SN



“ Não há dúvidas de que o PLC 77/2015 vem no espírito do PNE, que aumenta o raio de influência da iniciativa privada sobre o público ”

Epitácio Macário Moura

2º vice-presidente do Andes-SN

blicos para a iniciativa privada. Esta é a avaliação de Epitácio Macário Moura, 2º vice-presidente do Andes-SN.

“Não há dúvidas de que o PLC 77/2015 vem no espírito do PNE, que aumenta o raio de influência da iniciativa privada sobre o público. Abre radicalmente e sem precedentes a universidade à privatização. Responder às demandas do mercado passa a ser a função do professor pesquisador. Isto só pode ter um impacto negativo para a universidade. O fazer universitário passa a ser produto, o que é uma privatização muito mais profunda do que simplesmente você colocar um produto à venda no mercado”, avalia o docente.

Histórico de criação

Macário explica que o antigo PL 2177/2011 precisou passar algum tempo na Câmara aguardando que se tramitasse a Emenda Constitucional 85 (aprovada

este ano), que passou a acrescentar os termos “tecnologia” e “inovação” em diversos artigos que tratam do desenvolvimento da ciência, da cultura, da educação e dos incentivos a essas áreas. “A Emenda coloca tecnologia e inovação no mesmo pé de igualdade da ciência básica e da ciência aplicada. Esta foi uma importante mudança que precisava ser realizada para que o antigo PL, hoje PLC 77/2015, pudesse ser aprovado, já que antes ele infringia alguns artigos da Constituição Federal reformulados pela Emenda”, contextualizou.

O professor acrescentou, ainda, que a EC “universalizou” a relação entre a esfera pública e a privada. “A Emenda abriu a possibilidade de que se criem organizações sociais financiadas pelo fundo público. Ou seja, vincula diretamente os recursos públicos ao setor privado”. Esta brecha propiciou, segundo o docente, que

o PLC em tramitação no Senado beneficie as empresas privadas com a capacidade instalada e mão de obra qualificada das universidades públicas, conforme consta no artigo 5º do texto.

Nada de bom

Outra mudança é a flexibilização dos processos e licitações relacionados a pesquisas em tecnologia e inovação, constante no PLC do Senado. “Podem ser adquiridos insumos e materiais no exterior, assim como no Brasil, sem licitação. Isto foi bem visto pelos profissionais que dissociam a pesquisa da extensão e do ensino. A visão deles é a de que o PL desburocratiza os processos. Até porque pesquisador docente poderá ser remunerado pelas empresas para as quais ele prestar serviço, além da própria universidade. Existem nichos pequenos, inclusive nas universidades públicas, que se sentem privilegiados pela quebra da

Carreira docente ameaçada

Macário afirma que o PLC 77/2015 apresenta implicações diretas na carreira do professor universitário. “A Dedicção Exclusiva fica seriamente comprometida. Assim como a carreira de maneira geral, já que fica mais facilitada a contratação via organizações sociais, que passarão a fazer contratos com os professores ou de prestação de serviço ou pela CLT. Anuncia-se o fim da carreira docente como a conhecemos”.

Dedicção Exclusiva. Não à toa são esses mesmos setores que apoiam a Ebserh”. Neste contexto, o docente poderá ser cedido até para atuar exclusivamente na empresa, recebendo uma bolsa pela empresa “contratante” e seu salário de professor pela universidade.

Para os dirigentes do Andes-SN, o conjunto de medidas que está para ser aprovado é muito prejudicial para a carreira de professor do Magistério Superior, para toda a universidade e para o país. O docente explica. “Se aprovado o projeto, o fundo público poderá fazer parcerias nacionais ou estrangeiras. É a concretização do que pregam os liberais: no atual estágio do capital, não há necessidade de manter reservas nacionais, nem mesmo para a ciência e a tecnologia. Isto, a nosso ver, afeta o conceito de nação como um todo. Não é só uma questão da universidade”, alertou.

BRASIL

“É pela vida das mulheres”

Ato pela legalização do aborto, no último dia 28, reúne movimentos sociais no centro do Rio de Janeiro

Manifestantes criticam projetos em tramitação no Congresso

Samantha Su
Estagiária e Redação

No Brasil, é realizado aproximadamente um milhão de abortos clandestinos por ano (estimativa); desses, pelo menos 250 mil resultam nas internações em decorrência de complicações do procedimento. Para chamar atenção para o tema, em 28 de setembro, dia latino-americano e caribenho de luta pela legalização do aborto, mulheres de diversos movimentos sociais e políticos fizeram um ato da Carioca até a Cinelândia, no centro do Rio.

“Precisamos falar sobre o aborto. As mulheres que abortam não são pessoas distantes; são nossas mães e vizinhas. Os dados no Brasil apontam: 64% das mulheres que abortam são casadas, 81% são mães e mais de dois terços são religiosas. Uma em cada cinco mulheres já abortou, elas estão em todos os lugares”, declarou Samantha Guedes, da CSP-Conlutas.

Este ano, a manifestação tomou como bandeira a necessidade de barrar o Projeto de Lei 5.069/2013, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). O PL propõe tornar crimes: o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto. Além disso, o texto sugere que apenas sejam considerados abusos sexuais os atos que causem danos psicológicos e físicos comprovados via exame de corpo de delito. A proposta é um retrocesso no direito garantido pela lei 12.845, também de 2013, que estabelece o atendimento

obrigatório e integral a pessoas em situação de violência sexual. Cunha também é autor de outras duas propostas de lei com previsão de pena de 6 a 20 anos de prisão e cassação de registro profissional para qualquer médico que realize procedimento abortivo e com transformação do aborto em crime hediondo. São eles, respectivamente, o PL 1.545/2011 e o PL 7.443/2006.

Placas durante o ato lembraram mulheres mortas por fazerem abortos inseguros, como Jandira Magdalena dos Santos Cruz, no Rio de Janeiro, ano passado. Participantes da manifestação entoaram: “É pela vida das mulheres”. Elas observaram que a criminalização do aborto penaliza, sobretudo, negras e pobres. “O aborto é uma realidade. Só que essa realidade não é a mesma entre as mulheres. Aquelas que morrem e são condenadas são aquelas que não têm condições de pagar um aborto clínico seguro e recorrem a métodos e locais insalubres. São as mulheres negras e pobres que estão morrendo com a criminalização”, afirmou Julia Bustamante, do DCE da UFRJ.

A atividade foi encerrada com velas acesas e uma faixa gigante estendida na praça Cinelândia com os dizeres: “Nenhuma mulher deve ser maltratada, presa ou humilhada por ter feito aborto.”

Movimento docente apoia descriminalização do aborto

Em fevereiro deste ano, em Brasília (DF), o 34º Congresso do Andes-SN aprovou posicionamento do Sindicato Nacional a favor da descriminalização do aborto, avanço importante pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.



Criminalização do aborto penaliza, sobretudo, mulheres negras e pobres

UNIVERSIDADE

Sintufrj mantém greve em reta final de negociação

Nova assembleia marcada para este dia 6

Com apenas dois votos contrários e quatro abstenções, os técni-

cos-administrativos em educação da UFRJ mantiveram a paralisação da categoria em semana decisiva de negociação junto ao MEC e ao Ministério do Planejamento. A assembleia geral do segmento, realizada em 1º de outu-

bro, no auditório Quinhentão (CCS), seguiu a orientação do Comando Nacional de Greve (CNG/Fasubra).

Um termo de acordo entre o governo e servidores deveria ter sido assinado na véspera, dia 30. No entanto,

algumas alterações no texto ainda seriam debatidas em nova reunião entre o CNG/Fasubra e o governo. Ficou pendente, por exemplo, a explicitação de que o acordo será extensivo aos aposentados. De acordo com o site da

Fasubra, o governo aprovou as considerações da entidade.

Os técnicos-administrativos da UFRJ realizam nova assembleia nesta terça-feira, 6, às 10h, em local ainda a ser definido. (Fonte: Sintufrj. Edição: Adufrj-SSind)

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

PÁTRIA EDUCADORA?!

Obscenidades ou a Educação no balcão

Na reengenharia fisiológica que o governo aplicou para tentar se safar de um desfecho mais dramático da crise em que está metido, a partilha do butim envolveu a Educação, mesmo que de forma lateral. O ministro **Renato Janine Ribeiro, o nefelibata**, como se sabe, foi defenestrado para dar lugar a **Aloizio Mercadante, o reincidente**.

Mercadante retorna ao Ministério da Educação como compensação, já que foi afastado do núcleo palaciano, ao deixar a Casa Civil.

Na pasta da Educação, é o terceiro ministro em nove meses do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Antes de Janine, a pasta iniciou o ano com **Cid Gomes, o breve**. Este ficou pouco mais de dois meses no cargo. Precisamente 76 dias.

O ex-governador do Ceará não teve tempo de deixar qualquer marca no ministério – a não ser o recorde de brevidade.

Pode ser que seja lembrado pelo encontro com a apresentadora Xuxa a quem conferiu avaliação pedagógica positiva. “Tem produzido excelentes materiais para o ensino infantil”, disse.

Nefelibata

Ao ser escolhido ministro da Educação, em abril, o professor titular de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine



Ribeiro, foi saudado por alguns setores mais otimistas, como uma opção adequada.

Afinal, Janine era um homem da Academia e não um político profissional. Mas, nesses seis meses

de gestão, foi reduzido a uma caricatura omissa, incapaz de se posicionar contra os cortes na

educação e os ataques à universidade pública.

Janine nunca se dignou, por exemplo, a receber representantes dos professores universitários em greve.

Quando o governo anunciou o corte de mais de R\$ 9 bilhões na Educação, o ministro cumpria agenda na Coreia.

Em 27 de maio, quando os professores informaram o início da greve, após mais de um ano solicitando negociar com o governo, Janine disse que o movimento era “precipitado”.

Janine se mostrou um aliado do setor empresarial da educação brasileira, e garantiu a ampliação de verbas para o Fies pela via de emissão de papéis para arrecadar dinheiro no mercado financeiro.

Reincidente

Na primeira passagem pelo ministério, Aloizio Mercadante foi nomeado por Dilma Rousseff em janeiro de 2012. Substituiu Fernando Haddad, que foi disputar a prefeitura de São Paulo.

Ficou dois anos no cargo e, no período, enfrentou a greve de 2012 dos professores federais – então, a mais importante dos últimos dez anos.

À época, o **Jornal da Adufrj** publicou um texto revelador sobre as inflexões políticas de então ministro. (veja quadro ao lado)

O “esqueçam tudo o que eu escrevi” do ministro da Educação, Aloizio Mercadante

A ditadura civil-militar estava nos seus estertores em 1984. O Brasil vivia a ressaca da campanha das Diretas Já, mas a conjuntura era de efervescência política. Entre outras evidências dessa inquietação, o país assistia a uma pujante greve nacional de professores

das universidades federais, liderados pela então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – o Andes ainda não tinha virado Sindicato Nacional. Num artigo (“A greve, o feijão e o sonho”) publicado na edição da revista Veja de julho daquele ano, Aloizio Mercadante,

professor de Economia da PUC-SP e então vice-presidente da Andes, fazia ardorosa defesa da greve contra a “privatização do ensino superior”. Entre outras afirmações, Mercadante disse: “A profissão de docente vem sendo destruída pela política de arrocho dos salários”.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



ESTÁGIO PROBATÓRIO

Tire suas dúvidas

Saiba tudo sobre os critérios que envolvem os três anos dos recém-admitidos no serviço público

EM BREVE!

Só depois deste período é que o servidor adquire estabilidade no exercício do cargo

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

**ESTÁGIO
PROBATÓRIO**

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Andes-SN Central Sindical e Popular-Conlutas